

Do ensino remoto ao retorno presencial: uma análise do ensino durante a pandemia do Covid-19 a partir de um estudo de caso no Rio de Janeiro

Victor Nigro Fernandes Solis¹

Resumo:

O presente texto analisa a experiência de ensino remoto durante os anos de 2020 e 2021, em decorrência da pandemia de Covid-19. Trazendo como objeto de estudo uma escola de ensino médio do estado do Rio de Janeiro, aponta para questões e dificuldades surgidas ao longo dos anos letivos tanto entre os estudantes, quanto entre professores e demais profissionais da educação, especialmente por conta da descontinuidade das ações levadas adiante pelos responsáveis pela educação no estado e pelo desigual acesso às ferramentas da internet e, conseqüentemente, aos materiais de estudos utilizados nesse formato excepcional de educação. Outras questões também foram abordadas, especialmente no tocante às diversas iniciativas que visaram aprimorar o formato de ensino remoto e a qualidade das atividades e ciclos de estudos, amplamente discutidos ao longo do período, a retomada das aulas presenciais, inicialmente em formato híbrido e posteriormente de modo generalizado, bem como aponta para algumas medidas e questões fundamentais da educação como um todo para os anos letivos futuros.

Palavras-chave: Ensino remoto; professores; estudantes; desigualdade no acesso; retomada presencial

From remote education to online return: an analysis of education during the Covid-19 pandemic based on a case study in Rio de Janeiro

Abstract:

This text analyzes the experience of remote teaching during the years 2020 and 2021, as a result of the Covid-19 pandemic. Bringing as an object of study a high school in the state of Rio de Janeiro, it points to issues and difficulties that have arisen throughout the academic years, both among students, and among teachers and other education professionals, especially due to the discontinuity of the actions taken forward by those responsible for education in the state and the unequal access to internet tools and, consequently, to the study materials used in this exceptional format of education. Other issues were also addressed, especially regarding the various initiatives that aimed to

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo PPCIS-UERJ/ Professor substituto do departamento de sociologia da UFRJ/ professor de sociologia do Colégio Estadual Ignácio Azevedo do Amaral/RJ.

improve the remote teaching format and the quality of activities and study cycles, widely discussed throughout the period, the resumption of face-to-face classes, initially in a hybrid format and later in a general way, as well as points to some fundamental measures and issues of education as a whole for future school years.

Keywords: Remote teaching; teachers; students; inequality in a access

Introdução

Um dos principais efeitos da pandemia de Covid-19 na educação foi a desorganização de sua estrutura em todo o país. No ano de 2020 provocou a suspensão das aulas presenciais e calendários, emergindo uma necessidade conjuntural de se discutir medidas para evitar a paralisação por completo do ensino. Escancarou, também, o descaso com qualquer projeto organizado de educação inclusiva, democrática e plural que pudesse ser levado adiante nas esferas federal, estadual e municipal.

Do governo federal, com seu projeto excludente e perseguidor da educação e de seus profissionais, não havia nada a esperar. Ou pior, o quase onipresente negacionismo de seus discursos e práticas trazia perspectivas tenebrosas, as quais foram confirmadas com a atuação direta tanto por parte do presidente da República, quanto dos ministros da saúde, os quais em maior ou menor grau, sem exceção, foram responsáveis pela aceleração do desmonte da estrutura federal dos serviços públicos de saúde e/ou por esforços deliberados em piorar os efeitos da pandemia na população. Basta lembrar o posicionamento presidencial ainda no primeiro mês de pandemia no país, contrariando as principais autoridades sanitárias e médicas em seus pronunciamentos. Neste, além de minimizar os efeitos sociais da pandemia, individualmente fazer pouco caso do novo vírus por conta de seu “histórico de atleta” e alimentar uma suposta dicotomia entre o isolamento como medida para salvar vidas e o chamado “retorno à normalidade” ou a flexibilização “para salvar a economia”, o governo também se direcionaria à educação. Adotaria, nesse sentido, posturas opostas às recomendações de especialistas, entidades representativas, e órgãos de fiscalização ao se posicionar contrariamente ao fechamento das escolas, ao intencionar reabrir escolas militares e civis-militares, bem como insistir na manutenção num primeiro momento do calendário do Enem de 2020, apesar das incertezas que já se apresentavam quanto ao fim da pandemia.

No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, por seu turno, o descaso com a educação pública já era perceptível e denunciado pelos profissionais da educação mesmo antes da pandemia, com os baixos resultados no IDEB nos últimos anos - tendo alcançado

em 2019 a baixíssima nota de 3,5, numa escala de 0 a 10 (TEIXEIRA; NASCIMENTO, 16/09/2020) - e a precarização crescente da profissão - por exemplo, com o congelamento do plano de carreira e o desrespeito às leis como aquela que garantia de 1/3 da carga horária de trabalho para planejamentos, o limite de 35 estudantes por sala de aula e o piso salarial, inclusive estando sem reajustes desde 2014.

Neste texto, proponho trazer um olhar para rede estadual pública do Rio de Janeiro, com destaque à experiência da educação remota levada adiante no Colégio Estadual Ignácio Azevedo do Amaral (CEIAA), da rede estadual do Rio de Janeiro. Sob coordenação da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), este colégio possui algumas particularidades em virtude de ser organizado para a formação de professores, com o Ensino Normal, tais como sua estrutura curricular e de ensino. Esta, em certa medida, possui reflexos em seu público, com uma parcela considerável de seus estudantes se interessando pela educação infantil. Além disso, devido à baixa oferta desse tipo de instituições educacionais no Estado, é um colégio que recebe estudantes de variadas partes da cidade e mesmo de municípios vizinhos, com vistas a essa formação. Vale salientar ainda que em virtude de uma série de questões na formação social e cultural brasileira que produzem a identificação da profissão de educadores infantis como um trabalho realizado predominantemente por mulheres, ano após ano, o colégio recebe um público majoritariamente feminino. Nesse sentido, apesar dessas particularidades do CEIAA, minha experiência de trabalho e as conversas que tive com outros profissionais da rede possibilitam vislumbrar o que será relatado nesse texto como um estudo de caso representativo em larga medida do cenário educacional do país durante a pandemia de Covid-19, e não como apenas uma realidade excepcional de um contexto restrito.

Contexto social e ações diante da pandemia no Estado do Rio de Janeiro

Após o alerta de espraiamento da pandemia de Covid-19 no país, o governo do Estado proibiria as aulas em todas as escolas do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 13/03/2020) e, por meio de sua Secretaria de Educação (SEEDUC-RJ), adotaria nas escolas públicas estaduais a estratégia inicial de antecipar o recesso de meio de ano dos profissionais da educação e estudantes, para em seguida começar a construir um plano emergencial para atender às demandas educacionais do Estado a partir da instituição do módulo não-presencial de ensino para toda a rede. No entanto, este não seria bem visto pela comunidade escolar como um todo. A ausência de transparência, a falta de diálogo com estudantes, educadores e familiares e as poucas iniciativas governamentais no

sentido de realizar ações preocupadas com o aprofundamento de desigualdades no processo educativo receberam duras críticas. Ironizado por palavras como “puxadinho”, “jeitinho” e “arremedo”, o módulo de ensino remoto teve início ainda em finais de março de 2020, antes mesmo de sua regulamentação, que viria aproximadamente um mês depois, com a elaboração do documento interno intitulado “Plano de Ação Pedagógico”.

Este plano foi composto por uma parceria firmada entre o governo estadual e a empresa *Google* para a utilização da plataforma educacional *Google for Education*, bem como de todo seu conjunto de ferramentas, especialmente o *Google Classroom*. De modo complementar, foram firmadas parcerias com empresas de televisão (Rede Bandeirantes, Canal Futura e TV Alerj) as quais disponibilizariam conteúdos pedagógicos e foram prometidos auxílios e cestas básicas às famílias de estudantes (KLEIN, 23/03/2020), assim como chips com acesso à internet (DONDOSSOLA, 11/05/2020). O governo do Estado afirmou, ainda, possuir um aporte de R\$ 100 milhões e contar com mais de R\$ 100 milhões de doações de empresários e da sociedade civil (ARAÚJO, 25/03/2020), seguindo as tendências de auxílios prometidos também por alguns municípios e pelos esforços legislativos na esfera federal.

Tendo em vista o fato de que, no contexto brasileiro e estadual, o sistema público de ensino possui um papel ampliado (SOLIS, 2020), o qual vai além do âmbito educacional e pedagógico, garantindo refeições nos dias letivos e atenuando a pressão econômica de muitas famílias com gastos relacionados a necessidades diárias de subsistência, diversas entidades e representações estudantis se organizaram para exigir melhores condições aos estudantes diante da precariedade no horizonte, dando origem à lei 8768, de 23 de março de 2020 (RIO DE JANEIRO, 23/03/2020), à qual previa ajuda financeira às famílias com filhos matriculados na rede estadual de ensino.

Esta ajuda, no entanto, não teve sua aplicação no imediatismo que o contexto exigia. O que se viu na prática foi a demora na distribuição dos auxílios e cestas básicas, provenientes de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP), após longo tempo de indefinição sobre todos os critérios para recebimento, bem como a ausência de uma logística que garantisse às partes interessadas o alcance dessas cestas básicas. Assim sendo, somente foi possível iniciar a distribuição na segunda semana do mês de maio, quase dois meses após a lei ser sancionada, com cestas básicas sendo entregues nas escolas pelos profissionais da educação, muitos deles voluntários que arriscavam sair de seu isolamento social, aos estudantes e responsáveis. As outras formas de auxílios econômicos e tecnológicos não chegaram a se materializar.

Diante disso, houve consenso na comunidade escolar sobre a necessidade de se constituir uma estrutura de apoio físico e psicológico na rede estadual para profissionais e estudantes, diante das dificuldades de trazer ao ambiente caseiro as mínimas condições para o trabalho e estudo, assim como também por conta do desafio de resguardar ao máximo a saúde mental enquanto a pandemia se espalhava pelos territórios. Para tanto, foi exigido pelos professores um treinamento adequado tanto para o corpo docente, quanto para os alunos, havendo críticas à sua substituição por manuais explicativos simplificados e conteúdos on-line. A instabilidade das redes de internet e da plataforma também se impuseram enquanto obstáculos gerais a todos os profissionais da educação, estudantes e demais membros da comunidade escolar (TENENTE, 05/05/2020).

Na incerteza quanto aos meios, ao formato e à duração desse período excepcional, a principal preocupação inicial dos profissionais da educação foi a de se resguardar juridicamente e com base nos regimentos e protocolos disponíveis pela SEEDUC-RJ. À medida em que as Comunicações Internas da secretaria se apresentavam à comunidade escolar, planos comuns de trabalho começaram a ser construídos conjuntamente entre direção, corpo docente e demais profissionais da educação lotados na escola, geralmente por videoconferências, enquanto avisos e pequenas decisões eram comunicadas através do aplicativo What's App e por e-mail a todos. Dessa forma, os professores ficaram à disposição das escolas para trabalhar de casa e se reunir na busca por definir seus modos de atuação diante das informações que vinham “de cima” descontinuamente ao longo de todo o ano letivo. Tal processo baseado na quase ausência de diálogo com as reivindicações dos profissionais da educação exigiu constantes readaptações destes em seus planos de ação à medida que os instrumentos pedagógicos e as exigências surgiam, contribuindo para o aumento do sentimento de cansaço destes, uma vez que parte considerável de seu trabalho acabava sendo em vão.

A ausência de qualquer experiência prévia de lecionar aulas online entre a maioria absoluta dos professores provocava angústias e dúvidas quanto à didática a ser utilizada, uma vez que boa parte da troca de saberes direta das salas de aula não poderia ocorrer, sendo modificados os modos de trabalho numa aula digital. O pouco tempo de preparação, sem treinamentos adequados foi motivo de constantes reclamações, de modo que o aprendizado sobre o uso da plataforma se deu com a prática. Vídeos tutoriais foram enviados pelo funcionário técnico em informática da escola para auxiliar os professores, assim como este também se colocou à disposição para sanar eventuais dúvidas, inclusive

com horários marcados na escola nos períodos em que esta esteve aberta, o que permitiu a adaptação de todos os professores que faziam uso da plataforma.

Dentre as questões que levantaram muita discussão interna, houve demonstrações entre os professores de desconforto no que se refere à necessidade de expor a público o ambiente interno de suas casas e outras questões de privacidade, visto que originalmente tais espaços são locais onde se realizam relações particulares, familiares e íntimas. Além disso, em tempos de constantes ameaças e perseguições à liberdade de cátedra, muitos professores se mostraram receosos de expor seu rosto e sua aula em uma tela, sob o risco de serem gravados e sua imagem circular sem autorização por espaços desconhecidos, ou de tornarem-se memes e motivos de piada por edições e outros artifícios. A preocupação se exacerbava com relação a possíveis perseguições por grupos antidemocráticos cujos ataques se tornaram comuns, especialmente no tocante a eventos e aulas relativas a temas considerados “polêmicos”, ou seja, os quais geram debates acalorados entre aqueles que se baseiam em conhecimentos científicos nas chamadas humanidades e em outras áreas, bem como suas teorias, conceitos e discussões que procuram basear-se na defesa dos direitos humanos e nas iniciativas de transformação de aspectos desiguais e injustos da sociedade, e aqueles que desprezam estas práticas, fazendo uso de pseudoteorias que divulgam preconceitos e desinformação sobre os mais diversos temas.

Preocupações semelhantes também se abatiam sobre a origem do material didático, de modo que deveria ser necessário evitar qualquer uso que pudesse expor o nome dos professores para além do ambiente escolar. Nesse sentido, logo na primeira reunião após a divulgação do Plano de Ação Pedagógico da SEEDUC-RJ, decidiu-se internamente que os professores somente trabalhariam com materiais produzidos pela própria Secretaria de Educação, ou por projetos e organizações que já são utilizados regularmente em propostas educacionais semelhantes adotadas pelo Estado e que estão disponíveis digital e gratuitamente. Também ficou acordado que nenhum material físico seria utilizado, como maneira de evitar o risco de contaminação através do manejo, garantindo assim que o isolamento recomendado pelos órgãos de saúde fosse respeitado e evitando que pessoas desnecessariamente circulassem pelos meios de transporte da cidade e se sujeitassem à exposição ao vírus.

Nesse sentido, o Plano de Ação Pedagógico não caiu bem entre o corpo docente, que se manifestou contrário ao projeto de caráter excludente, antidemocrático e neoliberal a ele atrelado. As decisões a cada reunião eram tomadas conjuntamente pelos profissionais da educação, a partir de votações por maioria simples em que todos os

participantes puderam se colocar e se posicionar. Vale destacar que muitas dessas decisões eram ao longo do tempo revistas ou reafirmadas, à medida em que novos elementos eram trazidos ao conhecimento da direção, corpo docente e demais funcionários. Para a compreensão do panorama jurídico, político e social que estava por trás das determinações iniciais da SEEDUC-RJ, assim como das reivindicações e necessidades dos diversos segmentos interessados, foi feita uma reunião com a participação de representantes de diversos segmentos da comunidade escolar interna e externa, como a Associação de Apoio à Escola (AAE) e o Conselho Escola Comunidade (CEC), ambas compostas por funcionários e professores da escola, representantes dos estudantes, um representante do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) e demais professores.

Atentando para a atuação geral do SEPE-RJ no período, podemos observar que, mesmo enfrentando muitas dificuldades, este se posicionou desde o início da crise pandêmica no sentido de resguardar os profissionais da educação. Nesse sentido, suas ações basearam-se em duas frentes concomitantes e complementares: primeiramente, de caráter estrutural, na luta histórica pela garantia de direitos, a denúncia da situação dos profissionais da educação, a defesa de melhores condições de trabalho e salário, enquanto, por outro lado, atuaram diante das pautas produzidas pela conjuntura da pandemia, a partir de orientações jurídicas e pedagógicas acerca do uso da plataforma educacional, como mecanismo de pressão junto aos órgãos públicos pela suspensão do projeto de educação remota levado a cabo pelo Estado do Rio de Janeiro e, ainda, como entidade de apoio na promoção de campanhas de solidariedade entre os profissionais da educação.

Embora não tenham conseguido interromper a proposta da SEEDUC-RJ sobre o ensino remoto, em Audiência Pública realizada em 31 de março na ALERJ, diversas entidades educacionais, associações estudantis e sindicatos - dentre eles o SEPE-RJ -, somadas aos representantes de entidades jurídicas e presidentes das Comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia, mais alguns deputados, foram capazes de produzir alguns consensos acerca de algumas reivindicações e pareceres. Houve unanimidade na defesa da importância das plataformas digitais na educação para a manutenção do contato com os estudantes e no oferecimento de incentivos educacionais e materiais pedagógicos complementares, sem substituir, contudo, a educação em seu modelo presencial.

Vale salientar que uma série de críticas também foram postas na audiência pública ao projeto e à forma de atuação da SEEDUC-RJ, em especial à falta de transparência no processo. Reprovava-se, portanto, a ausência de meios formais de divulgação, como

portarias, decretos e resoluções, visto que as notícias corriqueiramente transmitiam-se por meios até recentemente não usuais pelas oficialidades – o que indicava a banalização do uso das redes sociais como forma de comunicar as ações oficiais da Secretaria, trazendo para a esfera governamental o fenômeno das “lives” na quarentena, além da divulgação de inúmeros vídeos e áudios que inundavam os grupos de What’s App dos profissionais da educação, e demais páginas das redes sociais. Por outro lado, mais do que essa estratégia confusa de divulgação, questionava-se a falta de conversas e esclarecimentos a respeito da aplicação imediata desta plataforma educacional para todas as partes interessadas. A falta de diálogo ainda pôde ser notada por todos os participantes e espectadores pela ausência de membros da SEEDUC-RJ na Audiência Pública, transmitida por videoconferência.

Sentindo-se respaldados num primeiro momento, os profissionais da educação do CEIAA decidiram por não entrar na plataforma *Google Classroom*. Apesar dessa decisão interna ter sido tirada após intensas discussões, negociações e votações democráticas e acatada por todos, ela acabou não vigorando por muito tempo, pois na semana seguinte, primeira semana de abril, mais uma Comunicação Interna determinava o uso obrigatório da plataforma, embora inicialmente sem avaliações e sem definições quanto ao cômputo das presenças dos estudantes. Vale salientar que após essa mudança na determinação, mais de 90% dos professores optou por aderir imediatamente ao uso da plataforma de educação remota.

A presença dos professores passou a ser acompanhada pela coordenação pedagógica e direção da escola, as quais exigiam o preenchimento do diário de classe virtual – um formato de diário de preenchimento online já utilizado regularmente nesta escola desde 2018 em substituição aos diários de classe de papel – e recomendavam que os professores anunciassem sua presença no mural ao entrarem na plataforma – geralmente com avisos de “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite”, ou saudações semelhantes, seguidos de textos complementares destinados às indicações para as aulas do dia – atividades, sugestões de vídeos e leituras, etc. À medida em que os estudantes escreviam comentários às postagens no mural, ou realizavam as atividades semanalmente postadas para eles, suas presenças eram computadas.

Quanto aos materiais, a diretoria se comprometeu a disponibilizar os cadernos das atividades autorreguladas dispostas pelo estado, as quais já são comumente utilizadas em casos de afastamento dos estudantes por licenças médicas, gravidez e demais casos excepcionais. Os professores também se comprometeram a buscar materiais de outras

instituições públicas de ensino do Rio de Janeiro e de outros estados, cada um se responsabilizando com suas respectivas áreas e disciplinas. Dentre os materiais, pode-se destacar os cadernos da Fundação Cecierj, produzidos pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (SECTI-RJ).

Esse formato de acesso e atividades semanais à plataforma sem avaliações foi bastante duradouro – aproximadamente 4 meses –, em um período marcado por outras turbulências. Insatisfeitos com as decisões unilaterais da Secretaria de Educação sobre o ensino durante o período pandêmico, os estudantes se organizaram e determinaram que não iriam acessar à plataforma de estudos. O boicote se justificava pela dificuldade que muitos estudantes possuíam de acessá-la, podendo prejudicar a qualidade do ensino e provocar lacunas jamais preenchidas em muitas das habilidades e competências necessárias a se desenvolver ao longo do ensino médio, trazendo prejuízos permanentes à sua formação. Dessa maneira, na maioria das turmas do colégio, por alguns meses de 2020 as atividades não foram realizadas por aproximadamente 80% a 90% dos estudantes, havendo turmas de boicote total.

Contudo, essa movimentação, embora tenha ocorrido em outras unidades escolares de maneira semelhante, gerou pouca sensibilidade nas ordens da SEEDUC-RJ, que determinou, através da Portaria 875, de 24 de julho de 2020, normas complementares para avaliações do ano letivo, definindo seu término para o final de 2020, restando às diretorias acatarem sem muitas opções para o diálogo. Ao definir dois ciclos excepcionais de avaliação, provisoriamente em lugar dos bimestres, fazendo com que todas as atividades contabilizassem para as notas do primeiro ciclo de ensino, o efeito prático foi fazer os estudantes a correrem contra o tempo para realizar as avaliações que semanalmente os professores disponibilizavam desde o dia 30 de março, data em que teve início a educação remota, mesmo que grande parte desse período com baixíssima presença dos estudantes.

Diante de mais essa surpresa em nada bem-vinda ofertada pela SEEDUC-RJ, a direção do CEIAA convocou os representantes das turmas para uma reunião, onde também estariam presentes membros da coordenação pedagógica e professores. Alguns alunos entraram em contato com parte do corpo docente com os quais tinham maior identificação para pedir orientação acerca das ações a serem tomadas diante da nulidade de sua movimentação e uma reunião entre um número maior destes foi agendada para um dia antes daquela convocada pela direção. Fui um dos participantes dessa reunião e pudemos aconselhar que todos que tivessem acesso adequado à internet realizassem as

atividades semanais, dando preferência àquelas da data presente em diante, para que se resguardassem diante de medidas que poderiam prejudicá-los.

O mesmo conselho foi dado no dia seguinte pela direção, com muitos professores se mostrando contrários a corrigir atividades que já haviam sido passadas meses antes por conta do excesso de trabalho que a realização destas correções lhes causaria, além do desgaste já acumulado com as idas e vindas das orientações trazidas pela SEEDUC-RJ. Em todo caso, os professores tiveram autonomia para definir os critérios de avaliação, contanto que respeitassem a regra habitual de trazer ao menos três instrumentos avaliativos por ciclo. Já para os estudantes sem acesso à plataforma, a realização das atividades autorreguladas passou a ser obrigatória, sendo preciso que buscassem as suas versões impressas e as trouxessem de volta nos períodos estipulados pela direção.

O pano de fundo geral das críticas que se direcionavam à SEEDUC-RJ estava na quase ausente preocupação com o aprofundamento das desigualdades, de modo que a dificuldade de acesso, tanto ao conteúdo online, quanto ao material impresso, se configurava como um mecanismo determinante nesse processo, especialmente nesse período excepcional. Como imaginar a situação dos estudantes da rede pública, em que considerável parcela vive em situações de vulnerabilidade, acirradas com a crise? David Harvey (2020) afirmou que essa pandemia possui um caráter de classe, raça e gênero para mostrar como os grupos sociais mais oprimidos e vulneráveis no cotidiano também são os principais afetados pelo contexto atual de crise aguçada pela pandemia. Nesse sentido, vai na mesma linha de diversas autoras que, por variadas vertentes, tratam da Interseccionalidade das opressões na vida social - Crenshaw (1993) Davis (2016,2018), hooks (2013), Collins e Bilge (2016), Saffioti (2004) e Butler, (2003), entre outras - num sistema de acirramento das disparidades que socializa, de maneira também desigual, as violências a que esses grupos estão sujeitos.

Sendo assim, toda a discussão a respeito da saúde mental, capacitação e operacionalidade técnica dos professores pode ser transposta para os estudantes, com destaque àqueles da rede pública de ensino. Para a família de muitos destes, a Covid-19 é apenas mais uma das tantas preocupações que giram em torno da garantia de suas vidas. A educação, em seu mencionado papel ampliado, contribui para evitar que jovens ainda em processo de formação entrem antecipadamente no mercado de trabalho, e pode produzir um tipo de socialização, em tese, afastada da sociabilidade violenta que muitos vivenciam nos contextos caseiros e comunitários, como é a realidade de parcela considerável dos estudantes moradores de favelas e comunidades urbanas periféricas.

Vale lembrar que o contexto brasileiro abarca inúmeras localidades cujas habitações não dispõem das condições básicas para a garantir o bem-estar e permanecer em isolamento social. Como “desgraça pouca é bobagem” para a vida da população mais vulnerável, nos anos de 2020 e 2021, além da pandemia, o Estado do Rio de Janeiro conviveu com a crise hídrica nos meses de verão. Tal crise já havia levantado na mídia fluminense a temática do desigual acesso normalizado à água encanada e limpa para muitas residências (BARBON; PAMPLONA, 05/02/2020), antes mesmo da pandemia se alastrar em nosso território. Some-se a isso a vasta quantidade de pessoas habitando em localidades de baixíssima circulação de ar, famílias que se espremam em espaços ínfimos e precários e até mesmo a grande parcela de indivíduos sem moradia regular.

Nesse sentido, apesar do consenso de que a alternativa mais adequada para a garantia da saúde dos estudantes e professores era ficar em suas casas, a permanência no espaço caseiro por um período indefinido trazia novos problemas. Essa forma caseira de estudos e trabalho, na medida em que coloca a todos ininterrupta e indefinidamente no ambiente caseiro, interrompe toda uma dinâmica interna do cotidiano, não mais marcada por suas temporalidades institucionais (MOTTA, 2020), como os horários de funcionamento das escolas, modificados nesse contexto, as exigências do mercado de trabalho, as saídas e horários relacionados ao consumo e lazer, entre outras. Nesse sentido, muitas atividades passaram a se concentrar em um mesmo espaço.

Para os professores, o trabalho remoto exigiu muitas das vezes a reinvenção desses locais, readequando ambientes originalmente voltados para o lazer, descanso e a vida privada. Além disso, ampliou-se o número de atividades reprodutivas caseiras, as quais, no caso das residências em que também convivem crianças e adolescentes, a permanente necessidade de atenção e supervisão parece tornar o caráter cíclico e reprodutivo do trabalho inesgotável, uma vez que as demandas fisiológicas e afetivas e as atividades escolares impõem aos pais e responsáveis novos ritmos no interior de suas casas (ARAÚJO, 2020). Contudo, a adequação desses locais para o trabalho remoto, educação dos jovens e, ao mesmo tempo, manutenção das “funções originais” da casa, como o horário de dormir, o uso de equipamentos para reprodução de músicas ou programas audiovisuais, etc., estão em concorrência maior ou menor dentro das casas, de acordo com as “condições materiais, mas também com dinâmicas familiares que conformam a própria materialidade desses espaços” (MOTTA, 2020: 2).

Além disso, é possível dizer que o bem-estar comum está também relacionado a essa materialidade dos espaços domiciliares e à maneira como se desenvolvem as relações

nesses ambientes. Em muitos dos casos dos estudantes, as mencionadas dificuldades de suas habitações geram uma impossibilidade prática de incorporar uma rotina de estudos afastada da escola, mas também ressaltam a contradição entre a realidade dessas famílias e a prioridade sanitária na pandemia, de modo que muitas famílias não tiveram nem a possibilidade de realizar o isolamento social adequadamente.

O desenrolar dos anos letivos de 2020 e 2021 em meio à pandemia

Ao longo dos meses, portanto, as respostas governamentais se mostraram insuficientes, tanto no sentido de garantir uma renda básica emergencial para as populações mais vulneráveis, quanto na garantia do acesso à educação de modo remoto para todos, além de outras medidas que poderiam ser importantes em nível federal para a garantia do isolamento social, tais como campanhas públicas, testagem em massa e esforços efetivos para acelerar a vacinação. Quanto ao Estado do Rio de Janeiro, este foi um caso dramático à parte. Toda a instabilidade política que, por razões diversas levaram ao afastamento do então governador Wilson Witzel e às prisões de alguns secretários do governo, como Edmar Santos, que ocupou a pasta da saúde, e Pedro Fernandes, então na pasta da Educação, produziram em 2020 fatos que comprometeram diversas promessas de ações, as quais acabaram não sendo cumpridas. Um caso emblemático da baixa eficiência das ações da SEEDUC-RJ foi a grande dificuldade no envio dos materiais impressos de estudo para as habitações ditas de “difícil acesso”, além da já mencionada não entrega dos chips prometidos, impedindo muitos estudantes de ter acesso aos conteúdos digitais e impressos proporcionados pelas escolas.

Voltando ao caso do CEIAA, uma das poucas ações que funcionaram foi a distribuição de cestas básicas em momentos diversos. Por conta dos obstáculos à entrega de materiais de estudos para os alunos, a direção optou por criar um calendário para busca e devolução destes na escola nos dois ciclos de estudos, divulgado aos responsáveis pelo e-mail institucional. Foi exigido para aqueles que não possuíam acesso regular à internet que solicitassem a impressão do material didático e avaliativo pela escola. A maioria das famílias escolheu pelas atividades via plataforma digital, contudo, ao final do ano letivo de 2020, houve perceptível aumento no número de desistências, com estudantes sem realizar as tarefas por nenhum dos meios.

Essa evasão escolar exacerbada na pandemia pode ser lida de muitas maneiras, tais como a necessidade de abandono dos estudos para trabalhar, ou pela percepção por parte dos estudantes e responsáveis de que este modelo remoto de educação não possui

qualidade correspondente à da educação presencial. Os materiais de estudos disponibilizados para o ano de 2020 e, como veremos mais adiante, de 2021, não traziam o aprofundamento necessário de todas as discussões e nem todas as necessidades de fixação de um conteúdo com exercícios e tarefas. A qualidade das atividades autorreguladas impressas foi em muito questionada, por conta de problemas conceituais e por trazerem uma discussão rasa, havendo casos, como por exemplo a disciplina de sociologia, em que o conteúdo dos materiais se mostrava insuficiente para o trabalho adequado, em razão desses problemas e de também não darem conta da variedade de temas a serem estudados, da generalidade dos textos, os quais impossibilitavam uma aproximação com os contextos de vida dos estudantes, e ainda, de sua defasagem em relação ao tempo – vale destacar que as autorreguladas do Estado do Rio de Janeiro que foram disponibilizadas no primeiro ano de pandemia datavam de 2013. É possível concluir, portanto, que a disparidade econômica atuou como um fator de ampliação das desigualdades educacionais.

Neste momento, é válido trazer uma cronologia dos fatos. Ainda no final do primeiro ciclo de 2020 – que durou de 30 de março ao final de agosto – os professores decidiram que ampliariam seu leque de atividades, como tentativa de reduzir os abismos educacionais, trazendo não apenas os materiais produzidos por órgãos educacionais públicos, mas também conteúdos diversos de internet, tais como vídeos, textos e podcasts, além de materiais próprios e, eventualmente, aulas ao vivo pelo aplicativo de reuniões *Google Meet*, contido no pacote *GSuite*, ofertado pelo Estado aos professores. Alguns professores optaram por tentar essas aulas via *Google Meet*, mas nem mesmo essa possibilidade de estabelecer um contato maior foi capaz de cativar os estudantes, de tal maneira que as aulas não recebiam mais do que 3 ou 4 alunos por média.

Para o segundo ciclo, de duração menor – de outubro ao início de dezembro de 2020 –, conjuntamente com essas novas alternativas didáticas, os professores ficariam responsáveis por selecionar para os estudantes sem acesso regular à plataforma, o material de atividades e estudos. Devido ao limite orçamentário da unidade escolar para gastos com impressão, ficou combinado entre direção e professores que estes materiais teriam em torno de dez páginas cada, o que não impediu que se ofertasse um conteúdo de qualidade superior e mais adequada às atividades didáticas específicas de cada professor do que os materiais anteriormente utilizados. No entanto, o tamanho consideravelmente menor do segundo ciclo acabou por impossibilitar o trabalho mais adequado com materiais e atividades mais diversificadas. O formato desigual dos dois ciclos avaliativos

é representativo do caráter de improviso e pouco planejamento da educação do primeiro ano letivo pandêmico, uma vez que quem ditava as regras em momento algum procurou tomar a iniciativa de conversar diretamente com as partes interessadas e, das poucas satisfações dadas, estas somente eram feitas quando exigidas por representantes dos poderes legislativo e judiciário.

Tão nebulosa quanto a origem das ações da SEEDUC-RJ e a execução das mesmas, foi a ocasião que marcou a saída de seu secretário, denunciado por ações relativas à sua atuação no governo anterior, quando esteve à frente da gestão da Secretaria Estadual de Tecnologia e Desenvolvimento Social. O novo secretário de educação, Comte Bittencourt, estrearia no cargo prometendo mais diálogo, mas suas preocupações iniciais foram principalmente com as pendências do ano letivo, visando encerrá-lo sem turbulências. Entretanto, ainda houve tempo para uma tentativa de abertura precoce das escolas, anunciada na segunda semana de outubro e marcada para o dia 19 do mesmo mês (TOKARNIA, 09/10/2020).

Prevedo o paulatino retorno às atividades escolares presenciais, o governo acabou cedendo às pressões de setores privados da educação e ao forte apelo midiático das grandes emissoras que lhes dava sustentação. Tal pressão era estrategicamente de enorme importância, uma vez que o retorno das atividades em algumas das maiores redes de educação do país - estadual e municipal do Rio de Janeiro - daria a legitimidade necessária para iniciativas generalizadas de retorno, em um momento de lenta redução dos casos de Covid-19 por todo o país. Nessa proposta, retornariam às aulas em 2020 apenas as turmas de 3º ano de ensino médio, com vistas ao ENEM e à conclusão do curso, e os também concluintes das turmas da fase 4 da Nova Educação de Jovens e Adultos (NEJA).

No entanto, o planejamento apressado não permitiu que o retorno seguisse de acordo com as previsões iniciais do novo secretário. As notícias de aumento do número de casos após a exposição ao contágio por estudantes e professores de escolas particulares que retornaram antecipadamente, a greve dos professores da rede estadual, com sua pauta em defesa da vida e o receio geral pela pandemia em um momento anterior ao início da campanha de vacinação, podem ser fatores que explicam a baixa adesão dos estudantes ao retorno presencial.

Alguns protocolos também foram criados pela SEEDUC-RJ e pelas unidades escolares para pensar esse retorno. Estes envolviam a desinfecção de todas as dependências, o uso contínuo de máscaras, álcool em gel e sabonetes em abundância, o

distanciamento social permanente entre estudantes e turmas, sem a utilização conjunta do pátio, e entre as mesas das salas de aula, a utilização de copos e garrafas individuais, a não-utilização dos bebedouros, a medição de temperatura na entrada e demais medidas necessárias em casos específicos. Além da difícil realização por conta dos altos custos e da dificuldade de se manter uma rotina com tais protocolos em espaços cujas práticas sociais não são semelhantes às de um hospital ou de ambientes de sanitização permanente, exigindo a constante aproximação entre professores e estudantes para o desenvolvimento das atividades, de modo que as medidas tomadas não foram suficientes para impedir o espalhamento da doença. Uma vez que sua circulação não se restringe unicamente aos territórios das escolas, num contexto em que os índices de isolamento social figuram muito abaixo dos 70% ideais, cada vez menores à medida que o tempo de pandemia se estendia, toda a defasagem em testagem em massa e a insuficiência de campanhas públicas de conscientização da população, a realização de medidas restritas ao ambiente escolar tornava-se praticamente inócua.

No CEIAA, após reunião de 14 de outubro entre diretoria e professores responsáveis por turmas de 3º ano e/ou do NEJA, foi-nos apresentado que nenhum dos professores pertencentes aos grupos de risco – por idade avançada e/ou questões de saúde –, que habitassem com pessoas dos grupos de risco, ou que tivessem apresentado sintomas semelhantes aos da Covid-19 no período de 15 dias anterior às aulas poderiam retornar ao trabalho presencial, de maneira que restaram poucos professores que não se enquadravam nesses grupos aptos ao retorno. Entre esses, aqueles que optassem por entrar em greve deveriam comunicar à direção por e-mail. No dia marcado para o retorno, uma segunda-feira, após higienização do espaço escolar, aproximadamente 40 estudantes estiveram presentes – algo próximo aos 20% do total dessas séries –, sendo-lhes apresentadas essas e outras informações a respeito das regras de entrada e permanência na escola, higienização e espaçamento das mesas e salas de aula. Nos dias subsequentes, nenhum aluno retornaria à escola para a continuidade do período letivo presencial, o que representou aos olhos dos profissionais da educação e estudantes um fracasso da proposta de retorno presencial.

Após a malfadada tentativa de retorno às aulas presenciais, o preocupante aumento do número de casos em decorrência da tardia “segunda onda” de transmissão do vírus, provocou o anúncio do fechamento das escolas no final de novembro (JANONE, 28/11/2020), retornando todos novamente ao formato remoto. A chegada do final do ano arrefeceria as pressões por novas medidas de retorno às aulas presenciais, criando uma

sensação generalizada de impossibilidade de se fazer algo efetivo no pouco tempo hábil que restava. No bom jargão popular, estavam todos “torcendo para o ano acabar logo” e à espera de definições para o calendário letivo de 2021. O aumento da tragédia social, em virtude do maior número de mortes entre todas as ondas da pandemia, nos meses subsequentes criou um consenso de que o retorno às atividades regulares presenciais no ano de 2021 precisaria ainda esperar um pouco mais para ocorrer.

Diante da impossibilidade do retorno normalizado às aulas presenciais, o ano letivo de 2021 começou com uma novidade no ensino remoto: além da utilização do *Google Classroom*, a secretaria de educação investiu na criação de um aplicativo denominado *Applique-se*, o qual disporia de materiais para as aulas, tais como pequenos textos, exercícios, podcasts e videoaulas sobre os temas dos bimestres. Seria um aplicativo de livre acesso para os estudantes da rede estadual, na medida em que estes o baixassem pelo celular, podendo utilizá-lo sem o consumo de dados, o que sanaria o problema dos estudantes de falta de conexão à internet, sendo possível, ainda, que acessassem seu endereço eletrônico pelo computador, nesse caso consumindo dados de internet. A partir do segundo bimestre, o *Applique-se* ganharia uma função extra, permitindo que os professores transmitissem suas aulas para as turmas. Falaremos sobre a utilização deste aplicativo nas aulas um pouco mais adiante.

Desde o início do ano letivo de 2021 o formato das aulas remotas no CEIAA também sofreria modificações, exigindo-se que professores e alunos estivessem disponíveis online durante todo o horário das aulas, de modo a tornar o funcionamento do ensino remoto o mais semelhante possível com aquele regular das aulas presenciais. Nesse sentido, cada turno seria composto por um horário reduzido de três tempos de 1 hora de aula, totalizando 3 horas (por exemplo, de 9h às 12h, ou de 14h às 17h), dada a impossibilidade prática e maiores dificuldades, discutidas anteriormente, de se equalizar as aulas em formato digital àsquelas presenciais, onde o horário costuma ser de 5 horas de aula, dividida geralmente em dois tempos agrupados de 50 minutos (totalizando 1h40m de aula por disciplina). Ao longo dessas horas, os professores deveriam postar no horário predeterminado algum conteúdo que indicasse o início de suas aulas no mural do *Google Classroom*, como por exemplo a lista de chamada a ser respondida pelos estudantes, assim como postar a(s) atividade(s) do dia, tirando dúvidas e respondendo aos comentários sempre que possível.

Ficou acordado que seria contabilizada a presença dos estudantes sempre que interagissem na lista de chamada e às perguntas e comentários de checagem, não sendo

suficiente para a contagem da presença dos estudantes somente a resposta à chamada no início da aula. Estas perguntas de checagem consistiam em postagens feitas no mural do *Google Classroom* pelos professores sobre alguma questão específica do conteúdo da aula do dia ou sobre questões gerais, bem como era também um espaço para que os estudantes colocassem suas dúvidas durante a hora de aula. Essa proposta de didática, embora funcionasse de uma maneira mais satisfatória do que as tentativas do ano anterior, pois a criação de uma rotina de estudos mais regrada e constante permitiu que alguns estudantes passassem a ter uma interação maior e mais engajada, não foi assimilada de modo satisfatório pela maior parte dos alunos, os quais tiveram, em geral, grande dificuldade em participar das aulas durante todo o período das mesmas, seja por dificuldades no acesso contínuo à internet, seja pela necessidade de um prazo mais longo para firmar esse novo modo de funcionamento, de modo a criar uma cultura de estudos e aulas no formato remoto entre os estudantes.

Tal instrumento didático foi mantido para o segundo semestre como maneira de calcificar esses hábitos entre os estudantes. Além disso, apesar dos novos recursos disponibilizados para a transmissão de aulas em vídeo pelo *Applique-se* a partir do segundo bimestre, os professores decidiram em reunião com a direção não utilizá-los, na medida em que este aplicativo apresentava os mesmos problemas relativos à privacidade e garantia dos direitos de imagem levantados no ano anterior. Seu funcionamento também trazia a limitação de não permitir uma interação direta com os estudantes, os quais não possuíam a possibilidade de interagir em áudio ou em vídeo, mas somente através de comentários pelo chat do programa, o que tornava a interação mais demorada, uma vez que os alunos não poderiam “ligar suas câmeras, nem seus microfones” para falar, precisando sempre digitar suas mensagens, o que era feito majoritariamente pelo aparelho celular destes. Deve-se acrescentar ainda o fato de que muitos estudantes tiveram problemas de conectividade, não podendo usufruir do acesso ilimitado à internet que o aplicativo supostamente traria para eles.

Outro fato que merece menção é o material oferecido e disponibilizado pela SEEDUC-RJ através do *Applique-se*. Este foi produzido por professores da rede estadual para ser aplicado no ano de 2021, em diferentes formatos complementares entre si, geralmente trazendo a cada bimestre uma videoaula em torno de 15 minutos de duração, 5 podcasts e um caderno de vinte e duas páginas com conteúdo da disciplina e exercícios. Para o Curso Normal, caso das turmas dos turnos da manhã e tarde do CEIAA, embora

houvesse um caderno específico para as matérias, não havia videoaulas e podcasts a elas adaptados.

Contudo, o principal problema estava na pouca profundidade e no conteúdo genérico daquele material, o que na prática obrigava os professores a prepararem um novo material digital para seus estudantes, com alguns professores abandonando a ideia inicial de não utilizar dos recursos de vídeo para dar suas aulas, produzindo com isso diferenças entre o que os estudantes com dispositivo de acesso à internet recebiam de conteúdo e o que aqueles sem acesso à internet receberam, mesmo com ambos os grupos recebendo o mesmo material didático.

Mais do que a questão da desigualdade de ensino interna, havia como fundo dessa discussão o aprofundamento das desigualdades entre estudantes da rede estadual de escolas diferentes, uma vez que cada unidade escolar produziu soluções próprias para esses desafios, e entre estudantes das redes públicas e particulares, cujas aulas presenciais já haviam retornado anteriormente, em formatos diversos. A preocupação com a evasão escolar na rede estadual também se fazia o tempo todo presente, tendo em vista que o número de ausências contabilizadas nas aulas ultrapassava em muito os patamares regulares das estatísticas pré-pandêmicas. Nesse sentido, com o tempo acabou prevalecendo a vontade dos professores em dar suas aulas com base em material e/ou sua preparação própria, muitos escolhendo utilizar a plataforma de vídeo disponibilizada pelo *Applique-se* para conectar-se mais diretamente com os estudantes, mesmo que isso implicasse um ensino desigual entre estudantes com dispositivo e sem dispositivo de acesso à internet em uma mesma turma ou série.

A utilização dos recursos de vídeo foi discutida em mais uma reunião entre os profissionais da educação da escola, sendo levantada a possibilidade de utilização do *Google Meet*, através do *Google Classroom*, como forma de permitir uma maior participação dos alunos durante as aulas. Este aplicativo trazia, ainda, a possibilidade de gravação das aulas, para serem postadas nas pastas das turmas no *Google Classroom*, o que seria uma maneira de ampliar ainda mais a participação dos estudantes, permitindo que aqueles com dificuldades de acesso à plataforma pudessem acessar os conteúdos das aulas em outros momentos, além do horário pré-estabelecido. Dessa maneira, também foi levantada a questão da contabilização das presenças em aulas ser estendida para além das respostas e comentários durante o horário escolar, sendo validadas também as entregas das atividades e provas no período estipulado pelos professores.

Ainda assim, alguns professores foram contrários à utilização do *Google Meet*. Outros, como foi o meu caso, passaram a abrir ao mesmo tempo por aproximadamente meia hora por aula os dois aplicativos, *Applique-se* e *Google meet*, após dar um tempo para que os estudantes visualizassem, lessem e respondessem às tarefas. Tal opção se deveu ao intuito de não prejudicar aqueles que somente possuíam acesso pela plataforma oferecida pelo Estado, que continuava a ser mais acessada por estes do que o aplicativo da *Google*, em virtude da maior facilidade de acesso, por não consumir dados. Complementarmente, isso possibilitou que os bolsistas PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), programa do qual participo enquanto professor supervisor, também pudessem acompanhar às minhas aulas e, finalmente, conhecer os alunos após meses apenas me ajudando na produção de conteúdo e produzindo postagens no aplicativo Instagram na página do PIBID correspondente². Essa aproximação acabou por se estender também para a criação de um grupo de What's app para monitoria e a retirada de dúvidas sobre a disciplina de sociologia entre os estudantes, os bolsistas PIBID, a professora coordenadora do PIBID e eu, um dos professores da disciplina na escola.

Durante o recesso que antecedia o início do terceiro bimestre, os professores começaram a receber informações sobre a transformação do formato das aulas remotas para um formato híbrido, no qual, gradativa e escalonadamente, professores e estudantes voltariam à escola para aulas presenciais. Este foi um efeito da progressão da vacinação no país e, em particular, dos professores enquanto um dos últimos grupos prioritários no Estado do Rio de Janeiro. Após reunião realizada logo antes do retorno às aulas, ficou estabelecido que os professores aptos ao retorno seriam aqueles sem comorbidades e já com as duas doses da vacina, tendo aplicado a segunda dose há pelo menos 15 dias antes do retorno à sala de aula. Os professores aptos nessas condições seriam divididos em dois grupos, os quais trabalhariam presencialmente num revezamento quinzenal, intercalando uma semana de trabalho remoto com uma semana de trabalho presencial.

Os estudantes, por sua vez, retornariam ao formato híbrido sem estarem vacinados, correndo riscos ampliados mesmo sem serem os principais grupos afetados pela pandemia. Retornariam no formato presencial com um fracionamento ainda maior,

² O Pibid conjunto de Ciências Sociais e Biologia, da PUC-Rio, cuja página pode ser acessada pelo link: https://instagram.com/pibid_sociobio?utm_medium=copy_link.

sendo somente possível que um terço da turma estivesse presente de cada vez – o que totalizava em torno de 12 a 15 estudantes por sala. Esse período de adaptação foi importante para a socialização, a construção e a retomada de alguns hábitos escolares e de uma cultura de estudos, à medida em que somente foi possível devido ao recuo dos casos e mortes da pandemia no estado, que ainda persistia, porém didaticamente se mostrou problemático, uma vez que os professores que se apresentavam na escola eram liberados de dar suas aulas no formato remoto na semana correspondente, por uma impossibilidade lógica de se estar em dois lugares ao mesmo tempo e por não existir equipamento na escola que permitisse a transmissão ao vivo das aulas.

Concomitantemente, os estudantes escalados para o ensino presencial na semana não conseguiam acompanhar simultaneamente às explicações dos professores pelo formato remoto, de modo que a solução dada foi muitas vezes retomar sempre que possível o que havia sido discutido na semana anterior, o que prejudicava o andamento das aulas e, possivelmente, deve ter gerado desinteresse por parte de alguns dos estudantes. Tendo um público reduzido e quase sempre diferente a cada aula – por esse esquema de revezamento os professores e estudantes somente se reencontrariam em sala de aula a cada seis semanas, o que significava apenas um ou dois encontros em sala dos estudantes com o professor por bimestre –, ao menos o material didático parecia ser um ponto de apoio em comum a todos, fossem textos, vídeos ou de outra natureza. Isso implicava em um trabalho de preparação ainda mais demorado do que o habitual, pois além das aulas e materiais físicos, era preciso preparar ou buscar materiais em versão digital, o que se fazia sentir nas constantes queixas de cansaço dos professores.

Os estudantes também não se adaptaram de imediato. A necessidade de muitos protocolos para a proteção da saúde de todos foi em geral respeitada, mas era comum a reclamação dos professores sobre o comportamento de alunos, no sentido de que alguns não cumpriam com a necessidade de utilização da máscara em tempo integral, abaixando-a sempre que iriam falar, estendendo o tempo com ela abaixada após os períodos de refeições e momentos de hidratação, ou mesmo com o fato de que alguns dos estudantes somente utilizavam a máscara no interior do espaço escolar. Com todos os espaços da cidade do Rio de Janeiro, abertos e fechados, funcionando com exigências sanitárias cada vez menores em seus protocolos, era difícil para a educação, em especial a rede de educação pública, consolidar sua proposta de garantir educação inclusiva e construir uma cultura de salvaguarda da saúde coletiva a partir do incentivo a determinados hábitos e práticas individuais e coletivas dos estudantes. O adiantar da vacinação da primeira dose

na faixa etária dos estudantes a partir de fins de agosto e da segunda dose antes do final do ano letivo, contribuiu para a redução do número de casos, produzindo também uma sensação de que as coisas se acalmavam. No entanto, esse espírito de afrouxamento antecipado dos cuidados não poderia partir das instituições educativas, nem mesmo dos profissionais da educação, que permaneceram exigindo uma postura cuidadosa dentro do ambiente escolar.

Ainda assim, os números da pandemia trazidos pelo Comitê Científico da Prefeitura do Rio de Janeiro no início de outubro (G1, 05/10/2021) indicavam que o momento de retomada do ensino presencial em sua totalidade havia chegado, sendo preciso abandonar o ensino remoto e híbrido. O Estado do Rio de Janeiro seguiu as indicações da prefeitura da capital, instituindo o retorno às aulas presenciais em sua totalidade a partir da última semana de outubro, com o último bimestre de 2021 já iniciado (MONTEIRO, 20/10/2021). Foi feito um esforço pelas escolas da rede estadual de trazer de volta os alunos que aparentemente haviam abandonado o ano letivo, de tal maneira que as salas de aula passaram a receber um número superior de estudantes do que os que frequentavam o ensino em seu formato remoto, mas ainda assim não foi possível trazer de volta todos os infrequentes, configurando um número acima da média de abandonos dos anos anteriores à pandemia (FORSTER, 28/01/2021).

Faltando pouco tempo para o encerramento do ano, após um retorno iniciado em um bimestre um pouco mais curto, os esforços pedagógicos se direcionaram no sentido de aproveitar aquele período para cumprir ao máximo com o conteúdo relativo a cada série do ensino médio e também em recuperar os casos de estudantes com problemas de nota ou sem avaliações até o momento. O conteúdo poderia ser retomado nos anos seguintes com reforços escolares, ao menos para as turmas de primeiro e segundo ano, que continuariam seu ciclo na educação básica em 2022, mas muitos estudantes haviam perdido a possibilidade de realizar suas avaliações ainda no período letivo de 2021. Nesse sentido, no caso do CEIAA, além da nota do quarto bimestre, também foi oferecida aos alunos que haviam obtido uma soma inferior a dez pontos nos três primeiros bimestres a possibilidade de realizar uma recuperação.

Esta “mega recuperação”, como ficou chamada, substituiria a nota ou ausência de nota dos dois primeiros bimestres do ano, período com maior infrequência estudantil, em virtude das dificuldades do ensino remoto, dando maiores possibilidades aos estudantes de obterem os vinte pontos necessários para aprovação. A questão da frequência seria um problema resolvido caso a caso nos conselhos de classe, pois, além dos problemas

recorrentes com os dispositivos de acesso à internet, outras questões sociais e de saúde afetaram a frequência estudantil – vale citar que, além de alguns estudantes terem sido infectados com a Covid-19, sem maiores problemas, a escola ainda passou por um surto de gripe ao final do ano que resultou em um número considerável de faltas –, mas a direção se empenhou em frisar aos alunos a necessidade de que elas e eles não mais faltassem sem justificativas, como forma de obter os 75% necessários para passar de ano, artifício necessário para minimizar ao máximo os problemas de falta e gerar engajamento dos estudantes até o fim do ano letivo.

A “mega recuperação” teve grande adesão dos estudantes, mas a impressão ao final do ano acabou sendo a de que todos os esforços produzidos pelos profissionais da educação foram de pouca ou nenhuma valia, a partir do momento em que a SEEDUC-RJ baixou a Resolução N°. 6013 de 8 de dezembro de 2021, às vésperas do último conselho de classe aprovando todos os estudantes que haviam feito qualquer avaliação ao longo do ano letivo. Os professores em sua maioria não questionaram a aprovação nesses moldes, uma vez que o contexto dessa aprovação se devia à maior excepcionalidade educacional da história, mas o fato de ter vindo de uma decisão de cima, sem qualquer diálogo com a classe trabalhadora e a comunidade escolar em geral, era representativa do modo desorganizado da desconsideração das autoridades para com a educação pública.

Considerações finais

O descaso com a educação pública foi perceptível durante todo o período pandêmico, em maior ou menor grau à medida em que novos secretários assumiram a pasta da educação. Ao final do ano de 2021, a SEEDUC-RJ já se encontrava com o 3º secretário em aproximadamente um ano e nove meses de pandemia (O DIA, 03/06/2021). O atual secretário, Alexandre Valle, direcionou seus esforços para o retorno do formato presencial de ensino, após intensa pressão dos órgãos midiáticos de maior repercussão e poder político. O caráter antidemocrático e atravessado das decisões da SEEDUC-RJ nesses últimos dois anos letivos foi um dos principais causadores e ampliadores de instabilidades, problemas psicológicos entre professores e alunos, bem como de insatisfações gerais e internas quanto ao caráter burocrático da aplicação de atividades remotas, muitas pré-fabricadas e afastadas da realidade social dos estudantes. É verdade que no início do ano letivo de 2021 houve um esforço de aproximação dos conteúdos à esta realidade, bem como de ampliação do acesso à internet aos estudantes, em virtude de o então secretário Comte Bittencourt ter sido membro e presidente da Comissão de

Educação da Alerj por anos, estando por isso mais inteirado das necessidades dos profissionais e estudantes da rede, mas tal esforço, ainda assim, pouco dialogou com os profissionais, estudantes e comunidade escolar.

Outro problema deveu-se ao fato desta proposta da SEEDUC-RJ em menos de um ano ter sido descontinuada, com a troca de secretário por interesses visando o jogo político de 2022, inviabilizando a construção de um projeto a longo prazo de valorização da educação pública, o que passaria necessariamente pelo aumento de investimentos na área, valorizando de forma digna seus profissionais, reestruturando os estabelecimentos de ensino e oferecendo as condições propícias para os estudantes usufruírem desses espaços como verdadeiros centros de produção e disseminação de conhecimento. Mas para a efetiva construção de um projeto de valorização da educação seria necessário romper com alguns dos entraves a investimentos, como por exemplo o nefasto “teto de gastos” imposto à educação e à saúde, algo somente possível com vontade política para transformar o triste cenário em que se encontram. E isto não ocorre no Estado do Rio de Janeiro há pelo menos três décadas.

Quanto aos professores, por mais que muito do seu aprendizado no formato remoto tenha sido construído com a prática, modificando constantemente suas formas de ação ao longo dos meses e procurando romper com o burocratismo e os desmandos em cima da educação remota, a descontinuidade de todo o processo foi um permanente entrave ao desenvolvimento de propostas educacionais que aproximassem os estudantes da escola. Os ciclos desiguais de estudos no ano letivo de 2020 representaram a decisão de que, sendo impossível resolver o cenário, o melhor a se fazer foi encerrá-lo, aprovando os estudantes com notas alcançando a média ou acima dela em pelo menos um dos dois ciclos. Vale lembrar que tais avaliações não puderam dispor do acompanhamento adequado, necessário ao desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes ao longo de um ano letivo. Em movimento de continuidade a essa proposta, houve a ampliação do número de dependências possíveis para cada estudante – agora chamadas de recuperação de estudos –, as quais seriam realizadas no ano de 2021, para a não retenção destes em uma série – aumentando de duas para três a possibilidade de reprovação em disciplinas, permitindo sua progressão parcial, sob a necessidade de realizar estas avaliações e conseguir nota para aprovação nelas para a conclusão do curso nos anos seguintes.

Ainda assim, esta “facilidade”, a qual empurrou parte do problema para o ano seguinte, não impediu que maiores contingentes de estudantes evadissem das escolas.

Grande parte dos estudantes evadidos em 2020 retornaram em 2021 e aqueles que deixaram de frequentar em 2021 provavelmente procurarão retornar em 2022. É imprescindível, não apenas para estes, mas para todos os estudantes, portanto, que o retorno às aulas venha acompanhado da criação de redes de apoio que busquem recuperar o conteúdo que possa ter sido perdido, ou aprofundado de maneira insuficiente durante o ano, bem como também se faz necessário o apoio psicossocial, tendo em vista que uma parcela considerável desses estudantes vive em condições de grandes vulnerabilidades econômicas e emocionais, ampliadas pela pandemia, e que de alguma maneira todos foram afetados por ela.

Quanto ao ano letivo de 2022, a chegada de novas variantes torna o cenário ainda em alguma medida imprevisível, mas os movimentos de construção do planejamento anual já dão indicações sobre o não retorno ao formato de aulas remotas, a não ser que os casos se agudizem a níveis ainda mais problemáticos de espalhamento do número de casos e mortes. Os profissionais de educação da rede estadual já estão em alguma medida caleçados com os atravessamentos que as determinações que vêm “de cima” produzem em seus planejamentos regulares, interrompendo com frequência seus ritmos de trabalho e constantemente trazendo novos desafios e problemas a serem resolvidos em caráter de urgência.

No entanto, o imponderável de uma pandemia exige que certas precauções sejam tomadas para o caso de novas excepcionalidades, sendo imprescindível a preservação de todo o acervo de materiais didáticos produzidos ao longo desses quase dois anos letivos. Mais do que isso, é necessário que se invista em estudos sobre os acontecimentos e as soluções trazidas pelos professores e equipes de profissionais da educação para os desafios impostos no cenário pandêmico, dando especial atenção às possibilidades que o desenvolvimento tecnológico pode trazer para a educação, sempre com o cuidado necessário que o uso de novas ferramentas pode trazer, garantindo a autonomia pedagógica dos profissionais da educação, a privacidade de professores e estudantes, bem como a proteção de seus dados.

Os profissionais da educação vêm há alguns anos sofrendo ataques pesados de maneira a descredibilizar suas ações dentro e fora de sala de aula. No entanto, vale reafirmar, a escola deve ser o local por excelência do conhecimento, produzido e ensinado, da liberdade de ideias, do respeito às diferenças e da construção de uma sociedade mais democrática no sentido amplo de participação plural de todos. As dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação na luta pela saúde coletiva ficam

perceptíveis quando surgem pressões de diversos lados, exigindo um retorno ao sistema presencial irresponsável e tachando os profissionais da educação por adjetivações negativas, como se estes estivessem de folga e sem trabalhar nesse período excepcional, quando na realidade trabalharam tanto quanto ou mais, tendo que passar por cima de situações de estresse e dificuldades socioemocionais ampliadas com o prolongamento de uma pandemia descontrolada em território nacional e internacional, tendo sido por aqui proposital e criminosamente negligenciada em muitas esferas.

Sendo assim, não basta reabrir as escolas, os próximos anos letivos já virão carregados de novas questões a serem debatidas e enfrentadas. De imediato, deve-se especial atenção na construção de esforços permanentes para acolhimento tanto para os estudantes que já cursavam o ensino médio e continuarão sua caminhada, quanto aos novos ingressantes, que saem dos últimos anos do ensino fundamental ainda nesse turbilhão e certamente precisarão de um tempo para adaptação, tanto de conteúdos disciplinares, quanto de aspectos socioemocionais. Da mesma forma, atenção especial deve ser dada à busca pelo reingresso dos estudantes evadidos do sistema de ensino, em níveis maiores dos últimos anos (ALESSANDRA, 06/10/2021)

Para finalizar, mais uma preocupação central deve direcionar os esforços: aquela que diz respeito à implantação do Novo Ensino Médio na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bastante problemática no sentido de que pode atender aos interesses privatistas e de desmonte da educação pública, ao não garantirem os investimentos necessários para que todas as unidades escolares consigam oferecer a diversidade necessária de disciplinas e saberes aos estudantes e ao agruparem professores em grandes áreas e disciplinas de teor genérico e de conteúdo crítico esvaziado, enquanto as verdadeiras necessidades de esforços pela melhoria da educação, como é o caso do cumprimento das já mencionadas leis existentes que garantem o piso salarial dos professores, o 1/3 de tempo de trabalho para planejamento das aulas e o limite do número de estudantes por sala de aula, entre outras, são frequentemente negligenciadas e descumpridas.

Referências Bibliográficas:

- ARAUJO, Marcella. A Casa como problema e os problemas das casas durante a pandemia de Covid-19. Rio de Janeiro, **Dilemas**, Reflexões sobre a pandemia, pp.1-9, 2020. Disponível (online)_em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-7>. Acesso em 28 de julho de 2020.
- BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and violence**. Londres; Nova York: Verso, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge; Malden: Polity Press, 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of colour. **Stanford Law Review**, 43 (6): 1241-1299, jul. 1991.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. **A liberdade é uma luta constante**. Org. Frank Barat; trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2018.
- HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike, et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, pp.13-23, 2020.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- MOTTA, Eugênia. Ambiguidades domésticas e a pandemia. Rio de Janeiro, **Dilemas**, Reflexões sobre a pandemia, pp.1-6, 2020. Disponível (online) em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-19>.
- RIO DE JANEIRO. Decreto nº 46.970, de 13 de março de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), do regime de trabalho de servidor público, e dá outras providências, **DOERJ**. Disponível (online) em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3aWCC42000007596>. Acesso: 10 de jun. 2020.
- _____. Lei nº8768, de 23 de março de 2020. Autoriza o poder executivo a adotar as medidas que especifica e dá outras providências. **Governo do Estado do Rio de Janeiro**, Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-8768-2020-rio-de-janeiro-autoriza-o-poder-executivo-a-adotar-as-medidas-que-especifica-e-da-outras-providencias>. Acesso: 10 de jun. 2020.
- _____. Plano de Ação Pedagógico, **SEEDUC-RJ**, circular interna, 2020.

_____. Portaria SEEDUC/SUGEN Nº 875 de 24 de julho de 2020. Estabelece de forma excepcional normas complementares de avaliação do desempenho escolar para o ano letivo de 2020, e dá outras providências. **DOERJ**, Disponível (online) em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?k=2AD01A86-43APD-4FCA-A69F-D78711C5FB6E. Acesso em 22 de dez. de 2020.

_____. Resolução Nº. 6013 de 8 de dezembro de 2021. Estabelece, de forma excepcional, normas complementares para a organização e reestrutura de oferta dos cursos de ensino fundamental e médio, no ano letivo de 2021, e dá outras providências. **DOERJ**, Disponível (online) em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=402687>

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOLIS, Victor Nigro Fernandes. Desigualdades e vulnerabilidades na educação diante da pandemia: Um olhar sobre a educação remota na rede estadual do Rio de Janeiro. In: **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social –Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020 –pp. 1-15**. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-65>. Acesso: 20 de janeiro de 2021.

Fontes da Imprensa:

ALESSANDRA, Karla. Educadores alertam para aumento de evasão escolar durante a pandemia. Brasília, **Câmara dos Deputados**, 06/10/2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/814382-educadores-alertam-para-aumento-de-evasao-escolar-durante-a-pandemia/>. Acesso em 07 fev, 2021.

DONDOSSOLA, Edivaldo. Estudantes da rede estadual do RJ reclamam das condições de acesso às aulas online, **G1**, Rio de Janeiro, 11 de maio de 2020. Disponível (online) em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/11/estudantes-da-rede-estadual-do-rj-reclamam-das-condicoes-de-acesso-as-aulas-online.ghtml>. Acesso em 28 de jul. de 2020.

FORSTER, Paula, Pandemia aumenta evasão escolar, diz relatório do UNICEF. São Paulo, **CNN Brasil**, 28/01/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pandemia-aumenta-evasao-escolar-diz-relatorio-do-unicef/> Acesso em 07 fev. 2021.

G1, Comitê científico da Prefeitura do Rio libera retorno pleno às aulas. Rio de Janeiro, **G1**, 05/10/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/05/comite-cientifico-da-prefeitura-do-rio-libera-retorno-pleno-as-aulas.ghtml> Acesso em 07 fev. 2021.

JANONE, Lucas. Avanço da pandemia de Covid-19 leva RJ a fechar escolas estaduais. Rio de Janeiro, **CNN Brasil**, 28/11/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/11/28/avanco-da-pandemia-de-covid-19-leva-rj-a-fechar-escolas-estaduais> Acesso em 21 dez. 2020.

KLEIN, Cristian. Pacote de Witzel inclui bolsas de auxílio e requisição de hotéis pelo Estado, **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 23 de março de 2020. Disponível (online) em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/03/23/pacote-de-witzel-inclui-bolsas-de-auxilio-e-requisicao-de-hoteis-pelo-estado.ghtml>. Acesso em 28 de jul. de 2020.

MONTEIRO, Marcela, Rede estadual de educação do Rio confirma volta das aulas 100% presenciais. Rio de Janeiro, **CNN Brasil**, 20/10/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rede-estadual-de-educacao-do-rio-confirma-volta-das-aulas-100-presenciais>. Acesso em 7 fev. 2021.

O DIA, Claudio Castro troca secretário estadual de educação. Rio de Janeiro, **O Dia**, 03/06/2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/06/6159678-claudio-castro-troca-secretario-estadual-de-educacao.html>. Acesso em 7 fev. 2021.

TEIXEIRA, Mônica; NASCIMENTO, Tatiana. RJ fica em 20º lugar no ranking da educação de ensino médio no Brasil. Rio de Janeiro, **RJ2**, 16/09/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/16/rj-fica-em-20-lugar-no-ranking-da-educacao-de-ensino-medio-no-brasil.ghtml>. Acesso em 20 dez. 2020.

TENENTE, Luiza. Sem internet, merenda e lugar para estudar: veja obstáculos do ensino à distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19, **G1**, Brasil, 05 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml>. Acesso em 15 jul. 2020.

TOKARNIA, Mariana. Rio de Janeiro retomará aulas do 3º ano dia 19. Rio de Janeiro, **Agência Brasil**, 09/10/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-10/rio-de-janeiro-retomara-aulas-do-3o-ano-do-ensino-medio-dia-19#:~:text=O%20governo%20do%20estado%20do,o%20dia%2019%20de%20outubro>. Acesso em 21 dez. 2020.